

Senhora Presidente da Comissão Parlamentar de Cultura, senhoras e senhores Deputados,

Em nome da A.E.A.P.P. – Associação Espetáculo, a associação que congrega os Agentes e Produtores Portugueses com especial enfoque na área da música, quero começar por agradecer este convite.

Em primeiro lugar referir que a situação dramática vivida no sector da Cultura é naturalmente consequência da Pandemia que a todos afeta mas é também consequência da quase completa ausência de políticas e estratégia cultural ao longo décadas e da omissão de sucessivos governos.

É pois, por consequência desse quase total abandono, que os profissionais da Cultura são confrontados com uma realidade ainda mais agravada do que a generalidade dos portugueses.

A Associação Espetáculo, ao defender os interesses dos agentes e produtores, está também a ter em conta a defesa dos direitos e a sobrevivência de

artistas, técnicos e outros parceiros do sector da Música e da Cultura em Portugal.

Chegados aqui, consideramos urgente e indispensável a aplicação de um verdadeiro **Plano de Emergência para a sobrevivência do sector Cultural** no nosso país.

Sublinhando que o sector Cultural e em especial o da Música dificilmente verá a sua retoma ter início antes do Verão de 2022 apresentamos **10 medidas** que nos parecem essenciais para a concretização do **Plano de Emergência para o Sector da Cultura**, com o objetivo de combater as consequências da grave crise provocada pela pandemia:

- **Reforço das Verbas do Programa Apoiar**, com o aumento substancial das verbas disponibilizadas a micro e pequenas empresas, até meados de 2022;
- **Prolongamento do Apoiar Rendas** para empresas da área da Cultura até final de 2022;
- **Alargamento do prazo do fim das moratórias bancárias** previsto para Setembro de 2021, até Setembro de 2022;

- **Fundo de Apoio a Bilheteiras** mediante uma candidatura simples e de resposta rápida, destinado a apoiar Salas de espetáculo, Artistas, Agentes, Produtores e Promotores até final de 2022;
- **Fundo de Apoio à atividade cultural** mediante uma candidatura simples, não concursal, que financie atividades culturais até final de 2022 (Poderá ser o Garantir Cultura, mas ainda nos falta conhecer as regras concretas deste apoio);
- **Empréstimo à recuperação da Cultura** por forma a reforçar a resiliência do sector, sem custos ou juros, a ser disponibilizado a empresas e profissionais independentes da Cultura a partir de Setembro de 2021 e até ao verão de 2024;
- **Apoio à (re)contratação de trabalhadores da Cultura** por forma a reforçar a resiliência das empresas e defender o emprego, com estímulo à contratação permanente;
- **Isenção Total do pagamento de Segurança Social** Junho de 2022 para empresas que apresentem quebra de faturação acima de 70% face a 2019;

- **Redução do valor do IVA** para a taxa intermédia (13%) para a contratação de espetáculos de natureza cultural;
- **Redução da Taxa de IRC** para as empresas da área da cultura durante os próximos 4 anos (até 2025);

As medidas agora referidas parecem-nos medidas essenciais para a sobrevivência de todo um sector, a Cultura, e especificamente para a área da Música. Mas ,como também referimos inicialmente, estas medidas, por si só, não resolverão os enormes atrasos estruturais provocados por décadas de abandono e constatámos incrédulos que no **Plano de Recuperação e Resiliência** não há referências à Cultura e não existe uma única medida a ela dedicada. Foi por essa razão e por considerarmos o Plano de Recuperação e Resiliência uma oportunidade única para procurarmos corrigir atrasos e assimetrias na coesão e desenvolvimento do país, na qual a Cultura pode prestar um contributo inestimável que, conjuntamente com outras associações do sector, defendemos publicamente e em linha com o que acontece nos restantes países da União Europeia, que sejam destinadas a

investimentos na área da Cultura 2,5% das verbas da chamada Bazuca europeia e que estes investimentos tenham tradução concreta nalguns dos componentes das dimensões estruturantes do Plano de Recuperação e Resiliência.

Com este objetivo, durante o recente período de Consulta Pública, apresentámos propostas defendendo a criação de um grande Projeto transversal aos vários eixos do Plano de Recuperação e Resiliência com medidas concretas dirigidas ao sector da Cultura e da Música em particular. As propostas que defendemos visam o apoio à programação, circulação e descentralização da atividade cultural, discriminando positivamente os artistas portugueses, combatendo as assimetrias e a interioridade e estimulando a integração e a coesão. As propostas apresentadas têm igualmente enfoque nos enormes desafios da internacionalização, capacitação e formação de recursos, transição digital e impacto ambiental.

Por fim não podemos deixar, ainda que de forma telegráfica, de referir algumas propostas e medidas de carácter mais estrutural e intemporal que permitam organizar, credibilizar

e regulamentar a atividade cultural, nomeadamente a prestada por Agentes e Produtores na área da música: como é o caso do reconhecimento da relevância cultural da nossa atividade; a criação de um Alvará que enquadre, regule e parametrize a atividade de Agentes e Produtores de espetáculos; a aprovação de um Estatuto de Profissionais da Área da Cultura (atualmente em discussão) que não perca a oportunidade de caracterizar a nossa atividade, clarificando o tipo de relação e interdependências entre os diversos tipos de profissionais, quer sejam artistas, técnicos ou mediadores; a regulamentação e implementação de medidas de segurança e higiene no trabalho, com a respetiva fiscalização da sua aplicação; a redefinição dos limites da contratação pública; a revisão da Lei do Mecenato, entre outras medidas que consideramos essenciais para a estruturação, regulamentação e reforço do tecido cultural português.

Lisboa, 23 de Março de 2021